

Fundo de Pensões

Aberto Euro Valor Prudente

Relatório e Contas 2023



Relatório & Contas

2023

Fundo de Pensões
Aberto Euro Valor Prudente

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. ÂMBITO	4
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
3. EVOLUÇÃO GERAL DO FUNDO DE PENSÕES E DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO PERÍODO	16
4. ALTERAÇÕES COM IMPACTO SIGNIFICATIVO NA GESTÃO DO FUNDO DE PENSÕES	16
5. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES.....	16
6. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES.....	17
7. LIMITES DE EXPOSIÇÃO E ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA VS ALOCAÇÃO ATUAL	17
8. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES	18
9. PERFORMANCE E RENDIBILIDADE DO FUNDO DE PENSÕES.....	18
10. BENCHMARKS.....	19
11. EVOLUÇÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO.....	19
12. GESTÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO, INCLUINDO A EVENTUAL UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS E OPERAÇÕES DE REPORTE E DE EMPRÉSTIMO DE VALORES	19
13. NÍVEL DE FINANCIAMENTO DAS RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE PENSÕES	20
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	23
4. CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	33

1. Relatório de Gestão

1. Âmbito

O presente relatório tem como objetivo dar cumprimento ao estabelecido em Norma Regulamentar Nº 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativa ao Relato Financeiro dos Fundos de Pensões, reportando-se a 31/12/2023.

O fundo de pensões é constituído, na data de reporte, por adesões individuais e adesões coletivas.

2. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A atividade económica global, em 2023, foi dominada pelo contexto de inflação elevada e pela posterior normalização da política monetária.

Em 2022, a inflação atingiu máximos de mais de 3 décadas (acima dos 10% na zona euro e nos EUA), em resultado da combinação dos vários choques que afetaram a economia mundial, nomeadamente a pandemia e subseqüentes respostas de política económica (estímulos monetários e orçamentais), posteriormente agravados pela guerra na Ucrânia, na sequência da invasão pela Federação Russa.

Para combater os riscos inflacionistas, os principais bancos centrais executaram um processo de subida das taxas de juro de referência que consubstanciou um dos ciclos monetários mais pronunciados e rápidos desde o início dos anos 1980.

Este substancial endurecimento da política monetária, combinado com os efeitos de base relacionados com a recuperação pós-pandémica e com a guerra ainda em curso, contribuiu para uma desaceleração da economia mundial, embora de forma diferenciada entre os principais blocos económicos.

Observou-se, assim, uma dinâmica diferenciada entre economias avançadas e em desenvolvimento e, mesmo dentro das primeiras, o ciclo económico evoluiu de forma diferenciada, com a zona euro a ser mais afetada pelo contexto de guerra.

Por outro lado, a atividade registou dinâmicas distintas nos dois semestres de 2023, com uma maior resiliência no decurso do primeiro semestre, beneficiando da evolução no setor dos serviços e, em particular, do turismo. A reabertura plena das economias, que ocorreu gradualmente ao longo de 2022, assim como a alteração dos padrões de consumo, em favor dos serviços, permitiu que estes retomassem a tendência pré-pandémica, assim sustentando a atividade económica global.

No segundo semestre, já foram mais visíveis os efeitos do significativo endurecimento das condições monetárias entretanto implementado pelos bancos centrais. Esses efeitos foram, também, diferenciados, com maior impacto na zona euro.

Esta evolução económica está materializada na atualização de janeiro de 2024 das estimativas do Fundo Monetário Internacional.

Apesar de, em 2023 a economia mundial ter desacelerado face a 2022 (por dissipação de efeitos da recuperação pós-pandémica), o crescimento foi mais forte do que o antecipado, com a exceção da zona euro. A economia mundial terá, assim, crescido cerca de 3,1%, abaixo da sua tendência de longo prazo,

mas com uma revisão em alta de 0,1pp face ao cenário de outubro de 2023, e que foi similar para as economias avançadas e para as economias em desenvolvimento. Contudo, e como referido, houve diferenças entre as economias desenvolvidas.

Por outro lado, o processo de desinflação ocorreu mais rapidamente, com a inflação a desacelerar significativamente no segundo semestre de 2023, em reação à intervenção dos bancos centrais, assim como à correção dos preços da energia, embora permanecendo ainda acima do objetivo de 2% definido pelos principais bancos centrais (EUA, zona euro e Reino Unido).

Crescimento Económico Mundial

	2022	2023	2024P
Mundo	3,5	3,1	3,1
Países Avançados	2,6	1,6	1,5
EUA	1,9	2,5	2,1
UEM	3,4	0,5	0,9
Reino Unido	4,3	0,5	0,6
Japão	1,0	1,9	0,9
Países em Desenvolvimento	4,1	4,1	4,1
África	4,0	3,3	3,8
Ásia	4,5	5,4	5,2
China	3,0	5,2	4,6
Europa de Leste	1,2	2,7	2,8
Médio Oriente	5,5	2,0	2,9
América Latina	4,2	2,5	1,9
Brasil	3,0	3,1	1,7

Fonte: FMI (janeiro de 2024)

Nos EUA, o PIB cresceu 2,5%, em média anual, com uma aceleração do ritmo de crescimento ao longo do ano.

O consumo privado foi o principal motor do crescimento, refletindo a normalização da atividade no pós-pandemia, com um maior consumo de serviços, em detrimento de bens não duradouros (que inclui alimentação).

A resiliência da despesa das famílias esteve muito alavancada na solidez do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a permanecer abaixo de 4%, assente em criação sustentada de emprego (em média, 255 mil novos empregos por mês), embora abaixo do ritmo de 2022. A menor pressão do lado da procura contribuiu para uma ligeira desaceleração dos salários, o que, por sua vez, contribuiu para uma diminuição das pressões inflacionistas.

Em resultado, a inflação desacelerou de forma bastante pronunciada ao longo do ano, para 3,3% em dezembro de 2023, refletindo em grande medida a evolução dos preços da energia. A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou de forma mais moderada, para 4.6% em dezembro de 2023, refletindo a solidez do mercado laboral e o dinamismo do setor dos serviços.

A Reserva Federal manteve uma política monetária restritiva, elevando a taxa dos *Fed funds* para o intervalo 5.25%-5.50%, o que consubstancia uma subida total de 525pb nas taxas de juro de referência, desde que o ciclo se iniciou em março de 2022.

Na China, a atividade económica acelerou, mas a economia cresceu mais lentamente do que antes da pandemia, em "apenas" 5,2%, sendo necessário recuar ao início dos anos 1990 para observar taxas de crescimento mais baixas. A China continua afetada por uma série de problemas relacionados com o setor imobiliário, em especial residencial, com a falência de algumas entidades de relevo, que podem afetar a

confiança dos agentes económicos, em especial das famílias. Por outro lado, a reorientação das cadeias globais também está a afetar o comércio internacional.

No Japão, o PIB terá crescido 1,9% em 2023, alicerçado na recuperação pós-pandémica ao nível do consumo privado, e complementado pela depreciação do iene e pelo investimento em infraestruturas. Apesar da aceleração da inflação acima de 2%, o Banco do Japão manteve a sua política monetária expansionista.

No Reino Unido, a atividade desacelerou de forma pronunciada, com o PIB a crescer 0,5% em 2023. A dissipação dos efeitos da recuperação pós-pandémica, a elevada inflação e a resposta em termos de política monetária, com uma subida pronunciada das taxas de juro (em mais de 500pb, para 5,25%), resultaram numa recessão técnica no segundo semestre de 2023. O desemprego, contudo, manteve-se em redor de 4,0%, colocando alguma pressão sobre os salários, pelo que a inflação desacelerou, mas de forma mais moderada do que noutros países, situando-se em 4,0% no final do ano.

Na zona euro, a atividade também desacelerou de forma pronunciada, com um crescimento de 0,5% em 2023, refletindo os vários choques a que a economia esteve sujeita nos últimos anos. Apesar das diferenças entre países, com a Alemanha a ser o elo mais fraco, a zona euro, no seu conjunto, conseguiu evitar uma recessão técnica.

A região continuou a ser afetada pela guerra em curso na Ucrânia, fruto da continuação da ofensiva militar pela Rússia, apesar de ter sido capaz de substituir os fornecimentos de energia da Rússia por outras fontes. Contudo, os preços da energia foram estruturalmente mais elevados do que no passado, com impacto adverso sobre a atividade. Adicionalmente, a Alemanha foi afetada pelo fraco crescimento na China, que é um importante parceiro comercial.

Apesar da desaceleração da atividade, o mercado de trabalho permaneceu, à semelhança do que ocorre noutros países, bastante dinâmico, com uma descida da taxa de desemprego para um mínimo de 6,4%, beneficiando de um crescimento do emprego em 1,3%, em termos homólogos.

A inflação desacelerou, ao longo do ano, para 2,9% em dezembro, a um ritmo mais rápido do que o antecipado, embora permanecendo ainda acima do objetivo de 2,0% definido pelo Banco Central Europeu. Esta desaceleração decorreu, também, da descida dos preços da energia e da moderação dos preços da alimentação, mas beneficiou igualmente de medidas públicas de apoio, em alguns países (como a redução das taxas de IVA ou sua isenção para alguns bens e/ou serviços essenciais).

A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou mais moderadamente, para 3,9%, em resultado das condições no mercado de trabalho, e dos aumentos salariais mais elevados, embora ainda sem cobrir plenamente o impacto sobre o poder de compra das famílias.

O Banco Central Europeu subiu as taxas de juro de referência em seis ocasiões, num total de 200pb em 2023 (e de 450pb desde que o ciclo se iniciou em meados de 2022), elevando a taxa de depósito para 4,0% e a taxa de refinanciamento para 4,5%.

2023	PIB	Inflação
UEM	0,5	5,4
Alemanha	-0,3	6,0
França	0,9	5,7
Espanha	2,5	3,4
Itália	0,6	5,9

Fonte: CE (fevereiro 2024)

**Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e
Gás Natural, em EUR por MWh**



Fonte: Bloomberg

Os preços das matérias-primas, em especial energéticas, desceram ao longo do ano, apesar da continuação da guerra na Ucrânia e de, em outubro, o ataque do Hamas a Israel ter originado um novo conflito no Médio Oriente, que causou uma subida de preços, posteriormente revertida.

Os efeitos da desaceleração da atividade económica dominaram, apesar de a OPEP ter anunciado vários cortes na produção, no sentido de estabilizar os preços do petróleo.

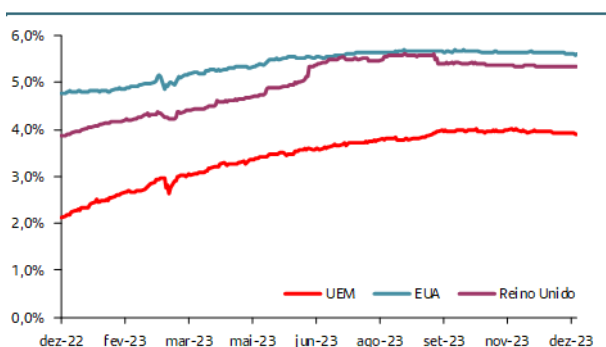
Como referido, os **bancos centrais das principais economias desenvolvidas** mantiveram uma política monetária claramente orientada para o controlo das pressões inflacionistas, tendo continuado a subir as taxas de juro, embora a um ritmo mais gradual do que no ano de 2022. Ao longo do ano, foram várias as discussões sobre a taxa terminal e o ritmo a que a ela se chegaria.

A partir do final do verão, as autoridades monetárias estabilizaram as taxas de juro, avaliando o grau de desaceleração da inflação que já se observava, de forma relativamente generalizada.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo acompanharam a dinâmica das taxas de juro de referência, com uma subida, mas que foi mais visível até ao verão de 2023. A partir dessa data, as taxas estabilizaram, para iniciar uma ligeira tendência descendente no final do ano, em especial nos prazos dos 6 e 12 meses.

Com efeito, uma vez concluído o ciclo de subida de taxas de juro, o consenso de mercado começou a antecipar quando se iniciaria o novo ciclo de descida, mas com os bancos centrais a reafirmarem a sua mensagem de que a fase seguinte do ciclo de política monetária ocorrerá apenas com a confirmação de que a inflação efetivamente convergiu para o objetivo de 2,0%.

Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Estas expectativas, de reversão da política monetária, foram mais visíveis sobre a evolução das **taxas de juro de longo prazo**, que começaram a descer a partir de outubro, assim revertendo a tendência observada durante a maior parte do ano.

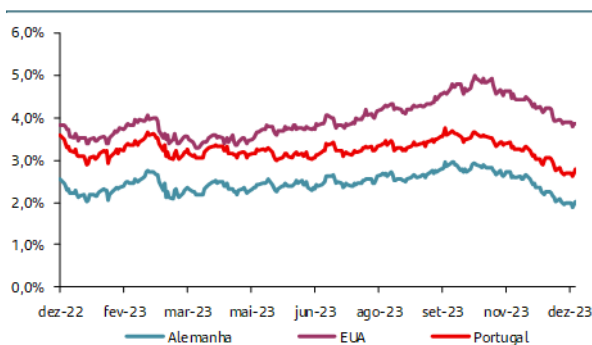
Em março de 2023, as yields subiram, principalmente devido ao foco de instabilidade associado à falência de vários bancos regionais nos EUA, a que se seguiu a venda do Credit Suisse à UBS.

A rápida subida das taxas de juro pelos bancos centrais, em especial nos EUA, traduziu-se num conjunto de perturbações em várias instituições bancárias, que tinham descurado a adequada gestão de riscos, nomeadamente a gestão de ativos e passivos (ao terem o seu balanço exposto a ativos de taxa fixa num contexto de subida de taxas) e a gestão de liquidez (ao financiarem o ativo, com maturidades longas, através de depósitos voláteis). Em resultado, nos EUA, ocorreram três intervenções em bancos de grande dimensão: Silicon Valley Bank, Signature Bank e, já em maio, o First Republic Bank, que estava a sofrer uma saída desordenada de depósitos.

Igualmente no final de março, os problemas que há muitos anos afetavam o Credit Suisse conduziram à intervenção das autoridades suíças e à venda do banco à UBS. O facto de os detentores de AT1 (*Additional Tier 1*) terem visto o *write-down* permanente das suas exposições (uma especificidade do regime de resolução bancária na Suíça) afetou os mercados *wholesale*, com o seu virtual encerramento durante cerca de duas semanas, sem emissões de dívida, colateralizada ou não, por parte das instituições financeiras europeias.

A partir de meados de abril assistiu-se à progressiva normalização das condições de mercado e, nos EUA, a rápida intervenção das autoridades, permitiu igualmente estabilizar os depósitos nos bancos regionais e locais, que tinham sido os mais afetados.

Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

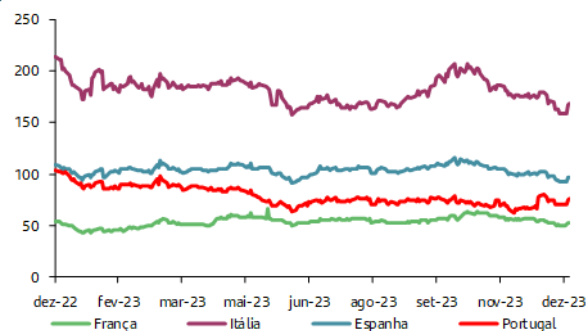
Nos meses seguintes, as taxas de juro subiram, num contexto de inflação ainda elevada, embora em desaceleração, a que, nos EUA, se juntou a discussão sobre a elevação do limite da dívida pública, e os riscos de, na ausência de acordo, os EUA entrarem em incumprimento e conduzir ao encerramento dos serviços não essenciais do Governo federal. O Congresso adiou o problema, mas muito influenciado pelo calendário eleitoral de 2024.

A mais rápida desaceleração da inflação, nos últimos meses de 2023, permitiu uma descida das *yields*.

Os desenvolvimentos de março não tiveram outro tipo de efeitos de contágio sobre os mercados (como seria o alargamento de *spreads* entre o *core* e a periferia da zona euro, por exemplo).

Com efeito, a evolução dos **diferenciais de taxas de juro soberanas** caracterizou-se por uma relativa estabilidade, num intervalo de flutuação relativamente limitado, durante o primeiro semestre de 2023, que deu lugar, na segunda metade do ano, a um estreitamento dos *spreads* para os países ditos “periféricos” da zona euro: o *spread* da dívida italiana a 10 anos face à Alemanha reduziu-se em 45pb e o da dívida espanhola, para o mesmo prazo, em 12pb.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

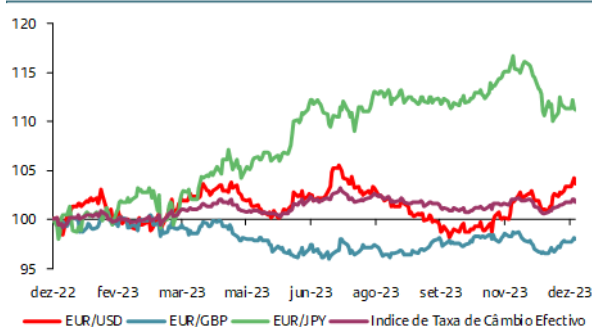


Fonte: Bloomberg

Em Portugal, a taxa de rendibilidade a 10 anos desceu ao longo do ano de 2023, num movimento mais pronunciado no último trimestre. A yield desceu 81pb, para 2.79% no final do ano, traduzindo-se numa redução de 28bp no *spread* face à Alemanha, para 75pb. Igualmente relevante foi a diferenciação entre a dívida pública portuguesa e a espanhola, com o *spread* entre ambas a ampliar-se em 17pb, a favor de Portugal, para o que muito contribuíram os sucessivos upgrades da notação de risco da República Portuguesa registados em 2023, pelas agências DBRS, Fitch e Moody's.

No mercado cambial, observou-se uma trajetória de apreciação do euro face à generalidade das dívidas, como evidenciado pela apreciação da taxa de câmbio efetiva (que agrega as divisas dos principais parceiros comerciais da zona euro) em 1,7%, ainda que esse movimento não tenha sido uniforme ao longo do ano. No final do ano, o euro cotava a 1,11 face ao dólar norte-americano (+3,6%), a 87p face à libra esterlina (uma depreciação do euro em 2,1%) e a 156,3 ienes por euro (uma apreciação de 11,1%).

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2022 = 100)



Fonte: BCE

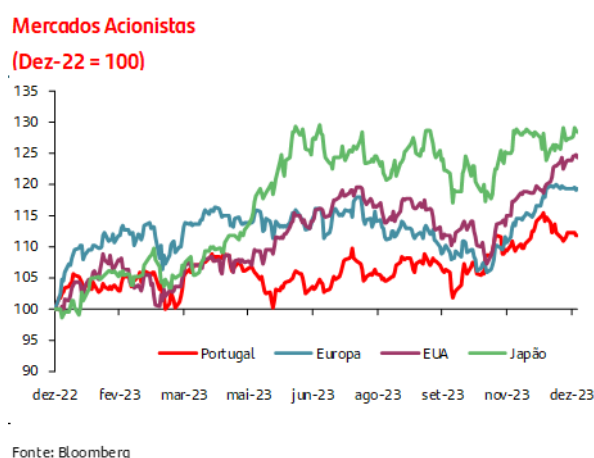
Na comparação com o dólar norte-americano, a libra esterlina, apesar da apreciação face ao dólar em 2023 (para 79p), permanece em níveis historicamente baixos. O iene japonês, por seu lado, após uma recuperação no início do ano, retomou os mínimos de 1990, terminando o ano nos 141 ienes por dólar.

Os mercados acionistas tiveram um ano muito favorável, alimentados pelos bons resultados de empresas e pelas expectativas de descida das taxas de juro, que começaram a ganhar relevância no último trimestre do ano.

Em máximos históricos absolutos terminaram os índices norte-americano (S&P500), com uma valorização de 24%, e o britânico (FTSE), apesar de um crescimento muito moderado (3,8%) do que os demais índices.

Em máximos de décadas, destacam-se o índice japonês **Nikkei** que, com uma valorização de 28%, atingiu um máximo de 1990, e o índice pan-europeu **Eurostoxx50**, que valorizou 19%, para os máximos desde 2000.

A dinâmica de valorização registou momentos de reversão temporária, em março, quando da resolução de vários bancos nos EUA, e no final do verão, com a discussão sobre o teto da dívida nos EUA.



Em **Portugal**, o índice **PSI** registou uma valorização mais moderada, de 12%, para o nível mais elevado desde 2014. Os contributos positivos dos setores da banca, construção e retalho foram parcialmente anulados pelo comportamento da energia.

O **ouro** valorizou de forma consistente, terminando o ano de 2023 acima dos 2 mil dólares por onça, surgindo como um ativo de refúgio num momento em que as pressões inflacionistas revelavam sinais de moderação.

Economia Portuguesa

O PIB cresceu 2,3% em 2023, beneficiando de uma recuperação no final do ano, pois o crescimento nos segundo e terceiro trimestres do ano tinha sido virtualmente nulo.

O PIB beneficiou, no 1º trimestre, de efeitos de “carry” relacionados com a recuperação pós-pandémica e, no final do ano, das medidas de apoio ao rendimento das famílias implementadas durante o ano (atualizações de salários na função pública e de pensões, por exemplo), que suportaram o consumo privado.

Contudo, o ritmo de crescimento em cadeia foi relativamente volátil ao longo do ano, com uma virtual estagnação da atividade nos segundo e terceiro trimestres, refletindo os efeitos dos vários choques, em especial da subida das taxas de juro.

De realçar que no 4.º trimestre de 2023 a economia cresceu 0,8% em cadeia (2,2% em termos homólogos), apoiada no consumo privado, assim como no investimento, enquanto as exportações líquidas tiveram um ligeiro contributo negativo para a evolução trimestral.

No conjunto do ano, todas as componentes da despesa contribuíram positivamente para o crescimento, ao nível da procura interna assim como da procura externa.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022	2023
PIB	5,7	6,8	2,3
Consumo Privado	4,7	5,6	1,6
Consumo Público	4,5	1,4	1,2
Investimento	11,4	3,5	0,8
Exportações	12,3	17,4	4,2
Importações	12,2	11,1	2,2
Inflação média	1,3	7,8	4,3
Desemprego	6,7	6,2	6,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-0,3	0,9
Dívida pública (% do PIB)	124,5	112,4	98,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,0	-0,2	2,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdPe Estudos Santander Portugal

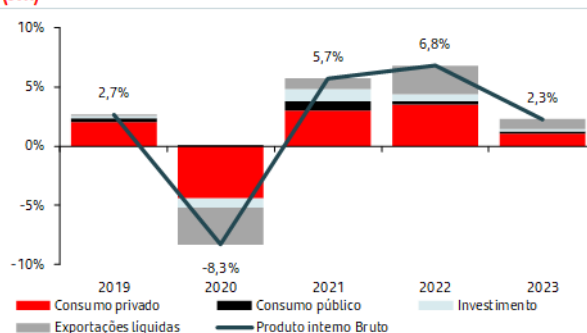
A **procura interna** contribuiu com 1,4pp para o crescimento, especialmente concentrado no consumo privado, fruto do comportamento do mercado laboral. O consumo público cresceu moderadamente, uma vez dissipado o efeito dos gastos relacionados com a pandemia.

O **consumo privado** cresceu 1,6% em 2023, uma forte desaceleração face aos 5,6% observados em 2022, muito influenciado pelo impacto da elevada inflação (4,3%) e da pronunciada subida das taxas de juro sobre os orçamentos familiares. Apenas a despesa em bens duradouros cresceu de forma mais visível (+7,1%), com a despesa em bens não duradouros e serviços a crescer apenas 1,1% (1,2% ao nível dos bens alimentares).

Foi visível uma alteração do cabaz de consumo das famílias, com a procura de bens mais baratos, seja pelo consumo de proteínas mais baratas, seja pela diversificação para marcas brancas.

Contributos para o Crescimento do PIB

(tvh)

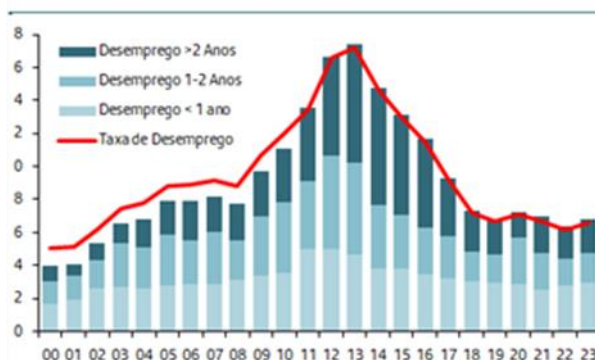


Fonte: INE

Este ajustamento ao nível da despesa das famílias ocorreu apesar de o mercado de trabalho se ter mantido dinâmico, com crescimento da população ativa que, na sua maioria, encontrou emprego.

Houve um ligeiro aumento do desemprego, mas a taxa de desemprego permaneceu abaixo de 7% (em 6,5%), em 2023, continuando a refletir uma economia a operar em pleno emprego. Os inquéritos às empresas continuaram a reportar a escassez de mão-de-obra como uma das principais restrições à atividade. Em 2023, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou 6,6% face a 2022, ou seja, um aumento real de 2,3%.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

Embora ainda com um valor elevado, o ritmo de crescimento dos preços no consumidor desacelerou, em especial no segundo semestre do ano, situando-se em 4,3% em média anual (que compara com 7,8% em 2022). A taxa de variação homóloga, em dezembro de 2023, foi de 1,4% (9,6% no período homólogo). A desaceleração refletiu, por um lado, a descida dos preços da energia e, por outro, as medidas de apoio, com destaque para o "IVA zero", que abrangeu um cabaz de 46 produtos alimentares básicos (e que terminou no final de 2023). Em dezembro, os preços dos bens caíram 0,3% face ao período homólogo.

À semelhança do que se verificou na zona euro, a inflação subjacente desacelerou mais lentamente, situando-se em 2,6% (face ao pico de 7,3% observado em dezembro de 2022), refletindo a evolução dos preços dos serviços, que a dezembro de 2023 cresceram 4,1%.

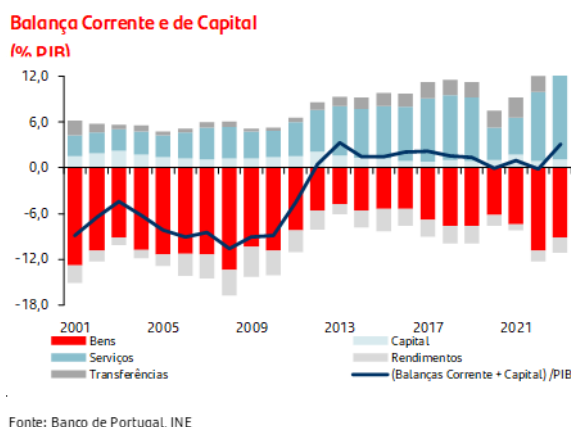
Em 2023, as famílias utilizaram o stock de poupança acumulado durante o período da pandemia - refletido no crescimento dos depósitos junto do setor bancário até ao final de 2022 - para fazer face aos encargos mais elevados, seja pela inflação, seja pelo maior serviço da dívida, mas também para reduzir o endividamento.

O investimento desacelerou fortemente, com um crescimento de apenas 0,8% em 2023. A formação bruta de capital fixo cresceu 2,4%, com um maior gasto em equipamentos de transporte, mas em grande medida anulado por uma contração do investimento em construção. Por outro lado, houve uma redução de stocks, face à maior acumulação observada em 2021 e 2022, tendo um contributo negativo para o investimento total (-1,6pp).

O menor dinamismo da atividade de construção esteve patente na relativa estabilização do número de fogos construídos (que permanece em níveis historicamente baixos, em redor de 20 mil novos fogos), assim como na lenta execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos pagamentos (a meados de fevereiro de 2024) representavam 17% do envelope financeiro total (que, por sua vez, foi ampliado para 22,2 mil milhões de euros, um acréscimo de 5,6 mil milhões face ao valor inicial). A forte subida dos custos de construção (+3,9% em 2023, mas com um crescimento acumulado de 27% desde 2019) é um fator explicativo relevante para o baixo ritmo de atividade no setor.

As exportações de bens e serviços cresceram 4,2% em 2023, em forte desaceleração face aos 17,4% registados no ano anterior. Esta evolução foi especialmente explicada pela dinâmica das exportações de bens, que praticamente estagnaram (+1,1%), refletindo a desaceleração na Europa e, em especial, do setor industrial na Alemanha. As exportações de serviços cresceram 10,6%, um ritmo muito expressivo, considerando o crescimento de 41% do ano anterior, com a normalização da atividade de turismo no pós-pandemia.

As **importações** praticamente estagnaram, com um crescimento de 2,2%, em linha com a desaceleração quer da procura interna, quer das exportações.

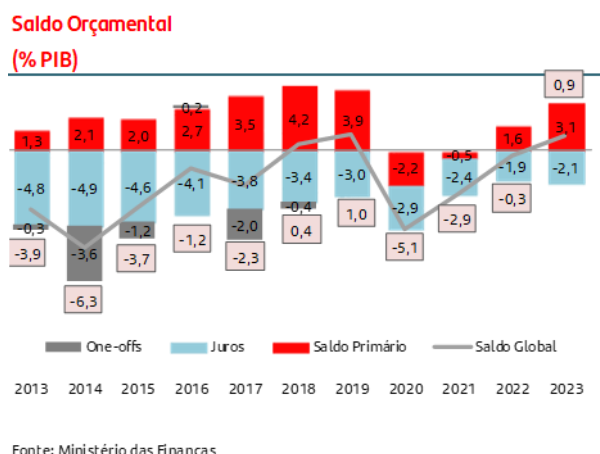


O crescimento das exportações, conjugado com a descida dos preços da energia e das matérias-primas, tiveram um importante contributo para a recuperação do saldo da **balança de bens**, cujo défice se reduziu para 9,3% do PIB (+1,5pp face a 2022). Por seu lado, a melhoria da atividade de turismo permitiu uma clara recuperação do saldo da **balança de serviços**, cujo excedente aumentou em 1,5pp, para 10,5% do PIB.

A **balança de capital**, que reflete sobretudo os fundos europeus, aumentou o excedente para 1,4% do PIB, por novas transferências no quadro do PRR. Por seu lado, a **balança de rendimentos** agravou o défice, por maior pagamento de rendimentos de investimento ao exterior.

Em resultado, o **saldo da balança corrente e de capital** registou um excedente de cerca de 2,7% do PIB, que é o mais elevado desde 2013.

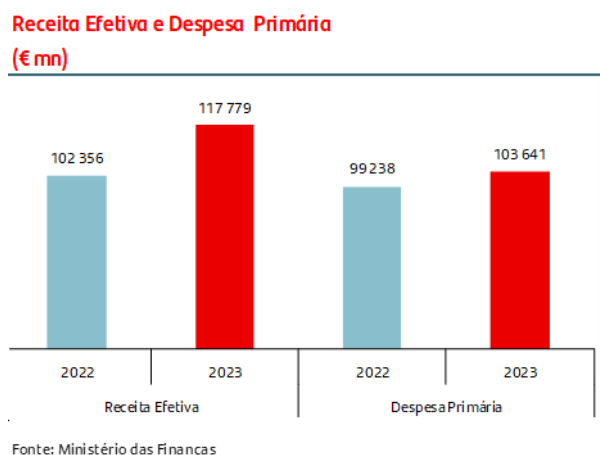
A recuperação da capacidade de financiamento da economia beneficiou muito da evolução das **finanças públicas**, com as Administrações Públicas a registarem um excedente orçamental de 0,9% do PIB.



A ainda elevada inflação, conjugada com o crescimento da atividade económica, os aumentos salariais e o crescimento do emprego, permitiu um significativo crescimento da receita fiscal (+11.8%).

Ao nível dos impostos diretos, a receita de IRC cresceu 22,3% e a de IRS 13,6%. Ao nível dos impostos indiretos, destaque para o crescimento da receita de ISP (+14.8%) e do IVA (+10,0% face a 2022, apesar do IVA zero sobre um cabaz de bens alimentares).

A despesa primária cresceu claramente abaixo da receita efetiva (+4,4% vs 15,1%), com o crescimento da despesa com pessoal (+7,5%) e do serviço com a dívida (+3,6%) a ser compensado por menores subsídios (-2,3%) e o controlo das transferências (+0,9%).



No quadro do plano de financiamento do Tesouro, em 2023, no primeiro semestre do ano, continuou a observar-se uma forte subscrição líquida de Certificados de Aforro, no montante de 13 mil milhões de euros, que levou o Tesouro a criar uma nova série, com uma taxa de remuneração mais baixa (a taxa máxima passou de 3,5% para 2,5%). Em resultado, as subscrições líquidas reduziram-se significativamente, também com o aumento da taxa de remuneração dos depósitos. Por aquele motivo, o Tesouro alterou o seu plano de financiamento em 2023, com menores emissões de Bilhetes do Tesouro, assim como de Obrigações do Tesouro.

Por este motivo, o Tesouro alterou o seu plano de financiamento, com menores emissões de bilhetes do Tesouro, assim como de Obrigações do Tesouro. A alteração da remuneração é explicada, também, pelas implicações a médio prazo sobre a estrutura de financiamento do Tesouro, com um peso excessivo do retalho em detrimento do financiamento institucional – os Certificados de Aforro são mobilizáveis ao fim

de 3 meses, sem qualquer pré-aviso, além de que a taxa de 3,5% se situava em linha ou mesmo acima da *yield* a 10 anos.

Fruto do maior peso dos Certificados de Aforro, o custo do financiamento executado em 2023 aumentou para 3,5%, enquanto a maturidade média da dívida pública baixou ligeiramente, para 7,2 anos.

Em resultado do maior crescimento nominal do PIB, por um lado, e da recompra de dívida, no final do ano, o rácio de dívida pública reduziu-se para 98,7% do PIB (-13,7pp face ao final de 2022), o nível mais baixo desde 2009.

O **rácio global de endividamento** da economia portuguesa situou-se, a dezembro de 2023, em 267% do PIB (-30pp face ao final de 2022), com o setor das sociedades não financeiras privadas a situar-se nos 112% (-10pp) e as famílias nos 56% do PIB (-6pp), claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

A resiliência da economia e a boa execução orçamental permitiram novas melhorias na notação de risco da República atribuída pelas agências, em um *notch*, para A, pela DBRS, A-, pela Fitch, e A- pela S&P (já em 2024) e em dois *notches*, para A3, pela Moody's.

O **setor bancário português** foi claramente influenciado pelo contexto de taxas de juro mais elevadas, tanto ao nível do crédito como dos depósitos.

O saldo global de crédito baixou, em 2023, com menor produção de crédito e um ritmo relativamente elevado de amortizações, com famílias e empresas a utilizarem a sua base de depósitos para o efeito, assim mitigando os impactos da subida das taxas de juro. O crédito ao setor privado baixou 1,6%, fruto de uma redução de 1,4% no crédito à habitação e de 2,6% no crédito a empresas.

Ao nível dos recursos de clientes, os depósitos reduziram-se em 2,5%, em 2023. Ao nível dos particulares, os depósitos baixaram 1,5%, embora com alguma transferência para depósitos a prazo, à medida que as taxas de remuneração foram aumentando. Também aumentaram as aplicações em recursos fora de balanço, em particular em fundos de investimento mobiliário. Os depósitos de empresas baixaram em 4,6%.

Apesar do contexto de rápida e pronunciada subida das taxas de juro observada desde meados de 2022, e do facto de os créditos serem maioritariamente a taxa variável, a qualidade creditícia não se deteriorou, com o rácio de *Non-Performing Loans* do sistema a situar-se em 2,9% no final do terceiro trimestre (-0,1pp face ao final de 2022), com uma cobertura por imparidades de 56,3%.

Em termos de rendibilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2022 (+0,6pp, para 1,3%), enquanto a rendibilidade dos capitais próprios aumentou para um máximo de 14,6% (+5,9pp face ao final de 2022).

3. Evolução geral do Fundo de Pensões e da atividade desenvolvida no Período

O quadro seguinte resume a evolução do fundo face ao ano anterior:

Valor do Fundo em 31/12/2022	304 316,53
Contribuições	10 992,62
Pensões	- 27 417,23
Rendimento Líquido	26 879,150
Outras Variações Líquidas	- 6 613,05
Valor do Fundo em 31/12/2023	308 158,02

Valores em euros

Do total de rendimento gerado, cerca de € 24 350,90 dizem respeito a ganhos líquidos de alienação e de avaliação de aplicações financeiras.

As contribuições para o fundo de pensões, durante ao ano de 2023, dizem respeito a contribuições de adesões coletivas.

4. Alterações com Impacto Significativo na Gestão do Fundo de Pensões

Nada a mencionar.

5. Política de Investimentos do Fundo de Pensões

Na composição do património do Fundo, a Entidade Gestora terá em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, de qualidade, de rendibilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A gestão do Fundo reger-se-á por princípios de uma gestão sã e prudente, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

As aplicações em caixa e em disponibilidades à vista devem representar um valor residual, salvo em situações efetivas de força maior que conduzam, temporariamente, à inobservância deste princípio, nomeadamente em casos de entrega de contribuições, de necessidades de tesouraria ou de elevada instabilidade dos mercados financeiros. Neste contexto, os limites previstos no ponto 6 poderão ser incumpridos.

A política de investimento será objeto de revisão pelo menos de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

O fundo destina-se a participantes com reduzida tolerância ao risco, que pretendam constituir um complemento de reforma.

A Estratégia seguida em matéria de afetação de ativos, encontra-se descrita no ponto 7 do presente relatório.

6. Cumprimento dos Princípios e Regras Prudenciais Aplicáveis aos Investimentos do Fundo de Pensões

Foram observados os princípios e regras prudenciais, aplicáveis aos investimentos em fundos de pensões, previstos na legislação em vigor, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

Na composição do património do fundo, é tomada em consideração os objetivos de finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e liquidez das respetivas aplicações financeiras.

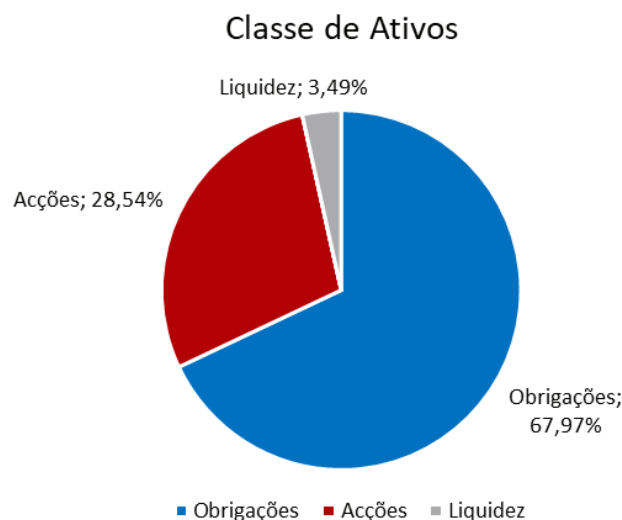
7. Limites de exposição e alocação estratégica vs alocação atual

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também a alocação de ativos atuais e o desvio em relação à referida estratégia.

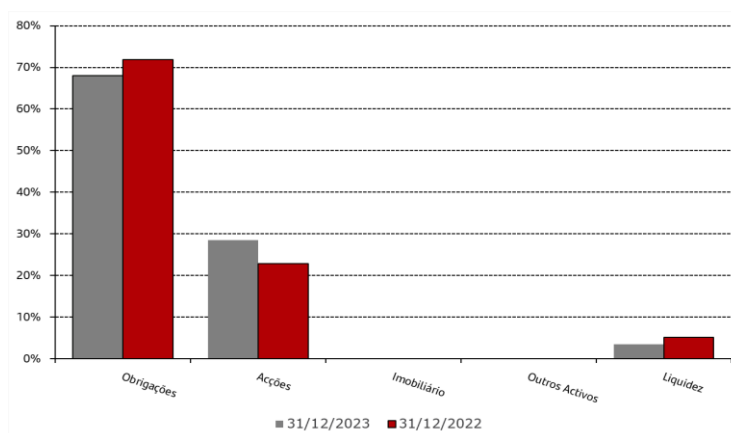
Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Obrigações	70,00%	67,97%	-2,03%	[60; 80]
Acções	25,00%	28,54%	3,54%	[15; 35]
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	[0; 10]
Outros Activos	0,00%	0,00%	0,00%	[0; 10]
Liquidez	5,00%	3,49%	-1,51%	[0; 15]

8. Evolução da Estrutura da Carteira de Investimentos do Fundo de Pensões

Em 31/12/2023 a estrutura da carteira por classes de ativos era a seguinte:



Na estratégia de alocação de ativos, privilegiou-se o investimento em títulos de dívida, de acordo com o perfil conservador, no entanto, mantivemos um nível de exposição ao rendimento variável significativo, face aos limites da política de investimento, por via do bom desempenho desta classe no ano de 2023.



9. Performance e Rendibilidade do Fundo de Pensões

No quadro seguinte, é apresentada a rendibilidade do Fundo de Pensões, para o ano de reporte:

RENDIBILIDADE	31/12/2022	31/12/2023
YTD	-0,09%	8,31%

A medida de referência relativa à rentabilidade é a TWR (*Time Weighted Rate of Return*) e ao risco, o Desvio Padrão.

10. Benchmarks

A avaliação do desempenho de cada classe de ativos será efetuada contra os índices seguintes:

CLASSE DE ATIVOS	REFERÊNCIA
Obrigações	Merril Lynch Euro Large Cap Corporate (50%) Merril Lynch 1-3Y Corporate (33%)
Ações	EUROSTOCC50 (50%) S&P 500 USD (50%)
Liquidez	Euribor 3 M

Em termos globais, a performance do fundo (8,31%) esteve abaixo do *benchmark* (10,44%).

A performance do *benchmark*, é determinada com base nas rendibilidades individuais de cada um dos índices em cima indicados, com recurso aos dados históricos dos mesmos, via *bloomberg*.

11. Evolução dos Riscos materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto

De acordo com a composição da carteira do Fundo Pensões, em 31/12/2023, os principais riscos de investimentos associados eram:

- Risco de Mercado

12. Gestão dos Riscos Materiais a que o Fundo de Pensões se Encontra Exposto, Incluindo a Eventual Utilização de Produtos Derivados e Operações de Reporte e de Empréstimo de Valores

Atualmente o fundo de pensões não investe em produtos derivados, operações de reporte ou de empréstimos de valores.

O controlo do risco de crédito, é assegurado assumindo um nível aceitável de diversificação, sendo impostos restrições de investimentos à gestão, de acordo com as especificidades de cada carteira, estabelecendo-se limites de concentração por setor, por emitente ou país e classe de *rating* dos ativos. São especialmente acompanhados os títulos com Outlook Negativo. A gestão do risco de crédito no Fundo de Pensões, assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, com periodicidade mensal.

O risco de mercado é monitorizado através dos indicadores, duração modificada, vida média e convexidade, para o risco de taxa de juro e Beta para o risco de ações. São igualmente quantificadas as Estimativas de Perdas Esperadas, através do impacto de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira e da variação dos preços de mercado nos títulos de rendimento variável em carteira, respetivamente para o risco de taxa de juro e o risco de ações.

O risco de taxa de juro (variação) é monitorizado regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos, de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo) e os parâmetros utilizados são a duração modificada da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira.

13. Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do nível de financiamento das responsabilidades, para o cenário de financiamento:

	Plano Benefício Definido	Plano Contribuição Definida
Responsabilidades	234 121,04	-
Valor do Fundo	295 857,45	12 300,62
Nível de Financiamento	126,37%	-

Valores em euros

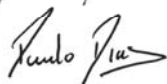
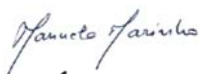
O valor das responsabilidades, corresponde ao valor atual das pensões em pagamento.

14. Considerações Finais

A informação constante no presente relatório é apropriada e representa fidedignamente as transações e outros acontecimentos.

Lisboa, 21 de março de 2024

A Entidade Gestora



Isadora Vicente Martins

2. Demonstrações Financeiras

2.1. Demonstração da Posição Financeira

Unidade: Euros

Demonstração da Posição Financeira	Notas	2023	2022
Investimentos			
Instrumentos de capital e unidades de participação	4	297 405	288 472
Depósitos em instituições de crédito	5	11 384	304 751
Outras aplicações		-	-
Sub-Total		308 789	593 223
Devedores			
Estado e outros entes públicos		475	-
Sub-Total		475	-
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de proveitos			
Juros decorridos		34	-
Outros		19	-
Sub-Total		53	-
Total do Ativo		309 317	593 223
Credores			
Entidade gestora		1 159	-
Estado e outros entes públicos		-	158
Outras entidades		-	288 748
Sub-Total		1 159	288 906
Total do Passivo		1 159	288 906
Total do Valor do Fundo		308 158	304 317
Valor da Unidade de Participação		5,413	4,995



 Isadora Vicente Martins

2.2. Demonstração de Resultados

Unidade: Euros

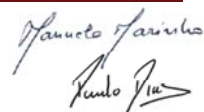
Demonstração de Resultados	Notas	2023	2022
Contribuições	6	10 993	306 534
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	9	(27 417)	(1 941)
Rendimentos líquidos de investimentos	8	2 504	-
Ganhos líquidos de investimentos	7	24 351	(276)
Outros rendimentos e ganhos		25	-
Outras despesas	10	(6 613)	-
Resultado líquido		3 841,49	304 316,53



 Isadora Vicente Martins

2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
+ Contribuições			
Associados	6	8 189	2 155
Transferências		2 803	304 378
- Pensões, capitais e prémios únicos vencidos			
Pensões pagas		27 338	1 783
Transferências		238	-
- Remunerações			
Remunerações de gestão	12	2 328	-
Remunerações de depósito e guarda de títulos	10	47	-
+ Outros rendimentos e ganhos	11	(475)	-
- Outras despesas	12	3 108	-
Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais		(22 541)	304 751
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
+ Recebimentos			
Alienação/ reembolso de investimentos		266 822	-
Rendimentos dos investimentos		2 504	-
- Pagamentos			
Aquisição de investimentos		540 152	-
Fluxos de caixa líquido das atividades de investimento		(270 826)	-
Variações de caixa e seus equivalentes		(293 367)	304 751
Efeitos de alteração das taxas de câmbio			
		-	-
Caixa no início do período de reporte	5	304 751	0
Caixa no fim do período de reporte	5	11 384	304 751

Isadora Vicente Martins

3. Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Introdução

O Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Prudente (o Fundo) foi constituído em 13 de dezembro de 2022, tendo como entidade gestora a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Sociedade Gestora).

O Fundo é um fundo aberto, com duração indeterminada e é um património exclusivamente afeto à realização de um ou mais planos de pensões.

Em 31 de dezembro de 2023, o fundo de pensões era constituído por três adesões coletivas (Geonorte, Parinama e Asisa).

Nota 2 – Comparabilidade

As contas do Fundo de 2023 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as contas do exercício de 2022.

Nota 3 – Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras do Fundo de Pensões foram preparadas no pressuposto da continuidade das suas operações, de acordo com os registos contabilísticos mantidos pela Entidade Gestora e conforme a Norma n.º 7/2010-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 4 de junho.

São apresentadas de seguida as bases de mensuração e as políticas contabilísticas.

Bases de mensuração:

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros registados ao justo valor.

Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

b) Instrumentos financeiros

O Fundo classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a natureza que lhes está subjacente. Assim, os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

As aquisições e alienações são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Fundo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

c) Numerário e depósitos em outras instituições de crédito

O Numerário e depósitos de curto prazo em outras instituições de crédito englobam os valores registados na Demonstração da Posição Financeira com maturidade inferior a 3 meses, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor. Adicionalmente, estão englobados nesta rubrica outros depósitos a prazo em instituições de crédito.

d) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

e) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

f) Comissões de gestão

As comissões a pagar pela gestão do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

g) Comissões de custódia

As comissões a pagar ao banco pela guarda dos ativos do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

h) Comissões de emissão

As comissões de emissão a receber dos participantes correspondem ao máximo de 2% dos montantes de subscrição.

i) Impostos e Taxas

De acordo com o artigo 16º do Estatuto dos Benefício Fiscais, os Fundos de Pensões e equiparáveis são isentos de:

IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos Fundos de Pensões e equiparáveis; e

Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

j) Contribuições

As contribuições são registadas quando recebidas. O seu apuramento é efetuado da seguinte forma:

- Adesões individuais – de acordo com a disponibilidade do participante.
- Adesões coletivas - de acordo com a disponibilidade do associado.

k) Pensões

As pensões são processadas e pagas sempre que se verificarem as condições indicadas no contrato. O registo é efetuado aquando do pagamento.

Nota 4 – Instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros, do Fundo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada no Anexo 1 – Inventário de participações e instrumentos financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	2023		2022	
	Valor *	Peso Carteira	Valor *	Peso Carteira
Ações e unidades de participação em fundos de investimento	297 405	100,0%	288 472	100,0%
Total	297 405		288 472	

* inclui juro decorrido

O apuramento do justo valor para os ativos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A valorização dos ativos financeiros por níveis, a 31 de dezembro de 2023 é analisada como se segue:

Unidade: Euros				
2023				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação	143 282	154 123	-	297 405
Titulos de rendimento fixo	-	-	-	0
Total	143 282	154 123	-	297 405

* inclui juro decorrido

Unidade: Euros				
2022				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação	193 994	94 478	-	288 472
Titulos de rendimento fixo	-	-	-	0
Total	193 994	94 478	-	288 472

* inclui juro decorrido

Nota 5 – Numerário e depósitos em instituições de crédito

Nesta rubrica está registado o montante de 11.384 Euros.

Nota 6 – Contribuições

As contribuições efetuadas em 2023 foram integralmente realizadas e apresentam a seguinte decomposição:

	Unidade: Euros	Unidade: Euros
	2023	2022
Contribuições do Associado	8 189	2 155
Transferências de Fundos de Pensões	2 803	304 378
Total em 31 de dezembro	10 993	306 534

Nota 7 – Ganhos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros			
	2023	2022	
Ganhos			
Realizados		4 114	-
Unidades de participação	4 114	-	
Potenciais		20 318	14
Unidades de participação	20 318	14	
Total de Ganhos		24 432	14
Perdas			
Realizadas		(81)	-
Unidades de participação	(81)	-	
Potenciais		-	(289)
Unidades de participação	-	(289)	
Total de Perdas		(81)	(289)
Total em 31 de dezembro		24 351	(276)

Nota 8 – Rendimentos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros		
	2023	2022
Ações/Unidades de participação	2 496	-
Depósitos	5	-
Derivados	3	-
Total em 31 de dezembro	2 504	-

Nota 9 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

Unidade: Euros		
	2023	2022
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões	27 179	1 941
Transferências	238	
Total em 31 de dezembro	27 417	1 941

Nota 10 – Outras despesas

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2023	2022
Prémios de seguros	-	-
Comissões de gestão e de depósito	3 735	-
Outras despesas	418	-
Auditoria	2 460	-
Total em 31 de dezembro	6 613	-

A comissão de gestão é uma comissão anual, calculada diariamente e cobrada trimestralmente, cujo valor máximo é de 1,25% sobre o valor líquido global do Fundo.

A comissão de depósito é uma comissão mensal que será no máximo de 0,0416% (0,5% ao ano), cobrada mensalmente e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do mês.

Nota 11 – Transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações entre o fundo de pensões e o associado ou empresas com esta relacionada, a 31 de dezembro de 2023, resumem-se como segue:

	Unidade: Euros			
	2023		2022	
	Demonstração da Posição Financeira	Demonstração de Resultados	Demonstração da Posição Financeira	Demonstração de Resultados
Banco Santander Totta, S.A.				
Depósitos à Ordem	11 384	-	304 751	-
Sub-Total	11 384	-	304 751	-
Santander Totta Seguros, S.A.				
Comissões de Gestão		3 626	-	
Total em 31 de dezembro	11 384	3 626	304 751	-

Nota 12 – Política de investimentos

A política de investimento do Fundo tem como objetivo formular os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do Fundo e obedecem aos seguintes princípios:

- Ter em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo Fundo, com os níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Rege-se por princípios de gestão sã e prudente, nomeadamente a diversificação e dispersão adequada das aplicações observando as seguintes regras: i) seleção criteriosa das aplicações com predominância as aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados; ii) racionalidade de controlo de custos; iii) limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

A política de investimento é objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também a alocação de ativos atuais e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Obrigações	70,00%	67,97%	-2,03%	[60; 80]
Ações	25,00%	28,54%	3,54%	[15; 35]
Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	[0; 10]
Outros Activos	0,00%	0,00%	0,00%	[0; 10]
Liquidez	5,00%	3,49%	-1,51%	[0; 15]

Nota 13 – Risco Associado a Instrumentos Financeiros

O Fundo de Pensões está exposto a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros. O risco financeiro chave a que um Fundo de Pensões está exposto, corresponde à potencial incapacidade deste para cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, a possibilidade de os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes do pagamento das pensões e encargos inerentes.

O quadro seguinte mostra a exposição por classe de ativos, com referência à data de 31 de dezembro de 2023:

Unidade: Euros

	2023		2022	
	%	Valor	%	Valor
Rendimento Fixo	0,0%	-		
Rendimento Variável	96,3%	297 405	48,6%	288 472
Sem garantia de capital	96,3%	297 405	48,6%	288 472
F.I.M. - Ações	28,5%	87 951	11,8%	69 738
F.I.M. - Obrigações	67,8%	209 454	36,9%	218 735
Mercado Monetário	3,7%	11 384	51,4%	304 751
Total	100,0%	308 789	100,0%	593 223

* Inclui juro decorrido

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e outros.

Quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos, os indicadores, com referência a 31 de dezembro de 2023 são os seguintes:

FIM/Ações	Perda estimada 2023		Perda estimada 2022	
	%	Euros	%	Euros
-10%	-9,65%	-55 597	-9,48%	-28 847
-20%	-19,30%	-111 193	-18,96%	-57 694

Nota 14 – Nível de Financiamento das Responsabilidades do Fundo de Pensões

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do nível de financiamento das responsabilidades, para o cenário de financiamento:

	Plano Benefício Definido	Plano Contribuição Definida
Responsabilidades	234 121,04	-
Valor do Fundo	295 857,45	4 480,55
Nível de Financiamento	126,37%	-

Valores em euros

O valor das responsabilidades, corresponde ao valor atual das pensões em pagamento.

Nota 15 – Eventos subsequentes

Até à data de autorização para a emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

Anexo 1 - Inventário de participações e instrumentos financeiros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						Valor de balanço unitário	Total
2 - OUTROS								
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
IE00B3F81R35	iSh EURCorpBond ETF	229			115,04	26 345	120,52	27 599
IE00BCRY6557	ISHARES EURO ULTRASH	38			99,65	3 787	100,84	3 832
LU2188668326	M G EU CRD QTACCEUR	291			89,42	26 058	94,47	27 529
LU0225310266	BLUEBAY-INV GRADE BD	152			171,84	26 058	181,33	27 497
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	619			42,08	26 058	44,78	27 730
IE00BYZTVV78	ETF iShares EUR Corp	3 923			4,83	18 937	4,91	19 266
IE00BC7GZW19	SPDR BBG 0-3 EURO CO	969			29,16	28 253	29,82	28 892
FR0011550185	BNP P S&P 500 UCITS	559			18,01	10 069	21,36	11 940
LU2037748774	AMUNDI ECRP SRI 0-3	390			48,47	18 905	50,26	19 603
IE00B3YCGJ38	INVESC SP 500 AC EUR	20			706,11	14 122	837,63	16 753
LU0380865021	Xtrackers ES50 ETF	269			66,84	17 980	74,52	20 046
LU0478205379	DB X-Trackers II IBO	182			144,34	26 271	151,13	27 506
LU0490618542	X SP500 SWAP	100			71,29	7 129	84,85	8 485
LU1681047236	AMUNDI ETF EURO STOXX	202			100,60	20 322	111,98	22 620
LU1681048804	AMUNDI SP 500 UCITS	97			70,51	6 839	83,58	8 107
		sub-total	8 040			277 133		297 405
		total	8 040	0		277 133		297 405
3 - TOTAL GERAL			8 040	0		277 133		297 405

4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do do **Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Prudente (ou Fundo)**, gerido pela Entidade Gestora Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, SA,, que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 309 317 euros, um valor do Fundo de 308 158 euros e um resultado líquido de 3 841 euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Prudente**, em 31 de dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de

distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do Fundo;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do Fundo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a

atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 8 de abril de 2024



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC